

Reabilitação e integração escolar e social de crianças com deficiência

A experiência da Liga Portuguesa dos Deficientes Motores

MAFALDA FARIA (*)

1. INTRODUÇÃO

Desde os anos 40, que em alguns países da Europa e da área Anglo-Saxónica da América, todas as crianças entre os 5-6 anos e os 14-15 anos têm legalmente garantido um lugar na Escola.

No entanto, foi sobretudo a partir dos anos 60 e 70 que o princípio de integração ganhou maior popularidade.

Nos Estados Unidos da América e em Inglaterra, o movimento de integração teve o seu ponto culminante respectivamente com a publicação do «*Education for all Handicapped Children act*» de 1975 e do «*Warnock report – Special Education needs*» de 1978.

Este último, define a integração como um fim a atingir, que obedecendo a diferentes fases de determinantes múltiplos, deve ir progressivamente sendo implementado, como e quando tal for humanamente possível.

Alguns autores (Macmillan & Becker, citado por J. B. Ruivo, 1981) afirmariam assim a neces-

sidade de uma «via comum» (*mainstreaming*) pelo qual as crianças com dificuldades específicas de educação poderiam vir a aproveitar ao máximo da integração nas estruturas regulares de ensino, uma vez explicitado, previamente, o que nelas deveriam aprender e como o deveriam fazer.

Tal como refere Simon (1981), o argumento mais sólido para uma educação integrada e integradora é o de que a sociedade exige ao indivíduo com deficiência uma convivência e normalização da sua actividade quotidiana, uma vez que não criou para essa população habitats, cidades ou ghettos.

Por outro lado, Benny (1975) indica que a integração não visa a eliminação das diferenças entre os indivíduos mas sim a aceitação da sua existência num contexto social que possa oferecer a cada um dos sujeitos às melhores condições para o desenvolvimento máximo das suas capacidades pondo ao seu alcance os benefícios e oportunidades da vida normal.

Esta opinião era já avançada por Piaget (1923) que defendia a integração como condição insubstituível para o desenvolvimento e amadurecimento da inteligência, elevando-se a quantidade de estímulos, incitações, propostas de modelos a imitar ou assimilar se esse contacto e comunica-

(*) Psicóloga. Coordenadora do Programa Infância da Liga Portuguesa dos Deficientes Motores.

ção têm lugar no ambiente onde predominam os «normais».

A criança em idade anterior à escolarização obrigatória (idade pré-escolar) é um pleno beneficiário da conquista pedagógica.

Assim, a integração precoce da criança com deficiência nas estruturas de ensino regular, sempre que necessário com o devido apoio suplementar, é o único meio de dar à criança com deficiência o estímulo natural de normalidade que vai progressivamente permitir a sua adaptação e participação social.

Em 1991 é regulamentada em Portugal, ao abrigo do Decreto-Lei 319 de 23 de Agosto, a abertura da Escola Regular a alunos com necessidades educativas especiais numa perspectiva da Escola para Todos.

Mais recentemente, em 1994, foi elaborado em Salamanca uma declaração de princípios (Declaração de Salamanca) que representa um consenso mundial sobre as futuras orientações da educação das crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

O princípio orientador desta Declaração consiste em afirmar que as escolas se devem ajustar a todas as crianças, incluindo as que apresentam graves incapacidades numa perspectiva de Escola Inclusiva. O desafio com que se confronta a Escola Inclusiva é o de que todos os alunos devem aprender juntos, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam.

O êxito da Escola Inclusiva depende muito da identificação precoce, da avaliação e da estimulação das crianças com necessidades educativas especiais, desde as primeiras idades. Assim é também defendido na Declaração de Salamanca que os programas de atendimento e de educação das crianças até aos 6 anos devam reconhecer o princípio da inclusão e devem desenvolver-se numa forma global, combinando as actividades pré-escolares com outro tipo de actividades promotoras do desenvolvimento da criança, tais como cuidados precoces de saúde, tendo sempre em conta as suas necessidades específicas.

Acompanhando os resultados dos trabalhos de pesquisa realizados em diversos países, a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, no quadro de uma intervenção comunitária mais ampla, organizou também a sua actuação no sentido de favorecer a integração precoce das crianças com deficiência que utilizam os seus programas.

É a descrição do trabalho desenvolvido nesse domínio que constitui o objecto do presente artigo.

2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Fundada na década de 50 por iniciativa do Dr. João dos Santos, que à sua volta reuniu um grupo de pais e especialistas, é a partir de 1986, com a inauguração parcial do Edifício-Sede que a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores se dimensiona como Centro de Recursos Sociais.

Criando e desenvolvendo actividades diversificadas nas áreas da Saúde, Reabilitação, da Formação Profissional, da Cultura e da Recreação, a Instituição procura esbater a barreira da diferença, oferecendo programas dirigidos a todos os grupos etários e a todas as pessoas em geral.

De ano para ano esta orientação comunitária tem vindo a reforçar-se pelo reconhecimento da Liga como espaço sócio-cultural de referência no Bairro, na Comunidade alargada e, sem dúvida, na Cidade de Lisboa.

Hoje a intervenção da Instituição pode analisar-se na dimensão do seu atendimento (que este ano se prevê ultrapasse as 12.000 pessoas) na diversidade dos seus utilizadores (*diversidade étnica, etária, condição física e na multiplicidade das motivações dos utentes*).

Nesta perspectiva surgem, entre outros, o Programa das Unidades Locais, que promove a integração de crianças com multideficiência dos 6 aos 16 anos em estruturas de Ensino Regular, os Programas de Animação de Fins de Semana, que decorrem em espaços turísticos normalizados, e a Ludoliga, a primeira Ludoteca do País com jogos adaptados à população com deficiência e que se constitui como um espaço aberto ao convívio e interacção de todas as crianças.

É assim que se estrutura também o projecto de apoio à integração de crianças com deficiência em Creches e Jardins de Infância, inserido no âmbito das actividades do Programa Infância.

3. PROGRAMA INFÂNCIA

O Programa Infância da Liga Portuguesa dos Deficientes Motores tem como finalidade criar

condições facilitadoras do desenvolvimento global da criança através da prevenção e/ou diminuição dos resultados de patologias adquiridas antes, durante ou após o nascimento.

Através de uma coordenação dos recursos existentes intra e inter institucionais, o programa visa responder às necessidades da criança com deficiência fazendo uma prevenção e estimulação motora, sensorial e intelectual.

Assim, os objectivos do Programa são apoiar e incentivar a integração social e escolar da criança proporcionando-lhe bem estar geral e um ambiente alegre e seguro. No que diz respeito à família, o Programa visa a sua formação/informação através da participação activa dos pais nas actividades do Programa.

Este Programa acolhe cerca de 80 crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos com diferentes patologias, mas com maior incidência na deficiência motora e multideficiência.

A equipa é constituída por Psicólogos, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Terapeutas da Fala, Educadoras de Infância, Auxiliares de Ocupação, Assistentes Sociais (distribuídas pelas diversas zonas de residência dos utentes), um Médico Fisiatra e um Médico Pedo-Neurologista. São ainda parceiros fundamentais nesta equipa os Pais e outros familiares dos utentes com os quais se estabelecem contactos frequentes, através da colaboração na avaliação e elaboração do plano terapêutico-pedagógico da criança da participação nas sessões terapêuticas e pedagógicas, da realização de reuniões individuais e colectivas e do apoio na organização dos acontecimentos festivos e recreativos do Programa (festas, colónias de férias, passeios...).

Dado que a família assegura o transporte das crianças à Instituição, existe um contacto muito frequente com todos os pais o que certamente facilita a relação próxima que se estabelece.

Relativamente às áreas de intervenção o Programa Infância é constituído essencialmente por 4 áreas: Pedagógica (Estimulação Sensorial e Ludoteca), Terapia da Fala, Terapia Ocupacional e Fisioterapia.

O circuito de admissão de uma criança no Programa inicia-se pela avaliação das suas necessidades estabelecendo-se em seguida um programa individual discriminando as áreas que ela deverá frequentar e a sua carga horária. As

crianças deslocam-se à Instituição uma a cinco vezes por semana por períodos que podem variar entre uma a quatro horas diárias.

Optou-se por este regime de funcionamento com vista a favorecer a integração precoce da criança na comunidade de residência, nomeadamente em Creches e Jardins de Infância.

Deste modo, o trabalho realizado na Instituição baseia-se sobretudo numa intervenção terapêutico-pedagógica especializada, que procura constituir-se como complemento às actividades desenvolvidas em meio normalizado, seja ele a família, a comunidade ou qualquer estrutura pedagógica que a criança simultaneamente frequente.

Paralelamente foi estruturado um projecto que especificamente visa apoiar e, deste modo, incentivar o processo de integração pré-escolar de crianças com deficiência.

Este projecto é o resultado da experiência acumulada ao longo de cinco anos e encontra-se em funcionamento desde o início de 1992.

4. PROJECTO DE INTEGRAÇÃO

O projecto foi elaborado tendo em vista uma melhoria da qualidade de atendimento às crianças com deficiência numa perspectiva actual de gestão partilhada dos recursos humanos e materiais da Instituição e Comunidade.

Com efeito, a entrada na Creche ou Jardim de Infância assinala uma nova etapa na vida de uma criança e da sua família. Seguros da importância que esta experiência tem para o desenvolvimento da criança com deficiência, pelas oportunidades de socialização que oferece, e para o equilíbrio do sistema familiar, pelo acesso a práticas e rotinas comuns à generalidade das famílias, a Liga presta apoio Social, Psicológico e Terapêutico às famílias na integração dos seus utentes em estruturas pré-escolares regulares da Comunidade.

Sintetizando, são objectivos do Projecto:

- Incentivar e apoiar a integração social e escolar dos utentes da L.P.D.M.
- Facilitar o desenvolvimento global da criança com deficiência contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida
- Favorecer a interacção entre este grupo de

crianças e a restante população da respectiva estrutura pedagógica

- Incentivar as famílias e co-responsabilizá-las no processo de integração social e escolar da criança com deficiência
- Promover a participação e apoiar os responsáveis e restante pessoal das estruturas pedagógicas na integração de utentes da L.P.D.M.

O processo de integração inicia-se pela escolha da Creche ou Jardim de Infância mais indicado para a criança. Esta etapa, que compete exclusivamente à família, conta com o apoio da Técnica de Serviço Social da Instituição que está apta a fornecer informações úteis à tomada de decisão, nomeadamente dispõe de listagens de estruturas existentes na zona de residência ou do emprego dos pais, e tem conhecimento da disponibilidade de vagas, mensalidades, condições de acessibilidade, etc...

Uma vez seleccionada a Creche ou Jardim de Infância, tem início a primeira fase, de sensibilização ao pessoal da estrutura pedagógica. Esta sensibilização concretiza-se através da realização de uma visita da Psicóloga e Assistente Social da L.P.D.M. que marca o início do relacionamento inter-institucional e a prestação de informações sobre a criança.

Numa segunda fase, é a Educadora do Jardim de Infância que visita o Programa Infância da L.P.D.M., estabelecendo aí um primeiro contacto com a criança.

É de referir que, normalmente, estes encontros têm lugar no ano lectivo anterior à integração da criança.

Posteriormente e após reuniões conjuntas com os pais, técnicos da Liga e educadora do jardim de infância é estabelecido um plano de actuação.

Finalmente a criança é admitida na estrutura pedagógica no início do ano escolar.

Já no decurso do ano lectivo, é enviado um convite à classe do Jardim de Infância da criança integrada para que venha participar em actividades do Programa Infância.

Pretende-se com este tipo de acção desdramatizar o trabalho realizado com a criança com deficiência na Instituição.

Ao longo de todo o ano é assegurado o acompanhamento do processo e, sempre que necessário, são prestadas informações técnicas à Educa-

dora e restante pessoal da estrutura pedagógica para adaptação do material e implementação de estratégias de intervenção com a criança com deficiência integrada através da realização de visitas e encontros.

Trimestralmente procede-se a uma reunião de avaliação do processo de integração e programação do trabalho futuro entre as duas equipas da L.P.D.M. e da estrutura pedagógica.

No desenrolar de todo este processo, a família é responsável por passar a informação entre as duas equipas, o que por um lado a obriga a manter-se mais informada e por outro estimula a sua participação nas actividades.

5. AVALIAÇÃO DO PROJECTO

Fazendo uma breve avaliação do projecto, podemos desde já afirmar que os objectivos propostos têm sido largamente atingidos, nomeadamente:

O número de integrações bem sucedidas tem aumentado, constituindo actualmente 60% do total de utentes do Programa. É no entanto de referir que relativamente à faixa etária dos 3 aos 6 anos a percentagem sobe aos 90 %.

As crianças com deficiência integradas e as suas famílias vêm aumentadas as oportunidades de participar em actividades e acontecimentos que marcam a vida da Comunidade (participação em festas de Natal, Final de Ano Escolar, passeios, colónias de férias) registando-se em geral boa aceitação por parte dos restantes utentes das estruturas em que estão integrados

A participação nestas actividades e noutras existentes no quotidiano das estruturas pedagógicas, permite que se estabeleça, de uma forma contínua e regular, a interacção entre crianças com e sem deficiência o que se reflecte de forma positiva na qualidade de vida das nossas crianças e suas famílias.

No que se refere aos resultados obtidos em termos de desenvolvimento das crianças integradas, e com base em estudos reais comparativos dos resultados obtidos por esta população e outra com características semelhantes embora sem oportunidade de integração em estruturas pré-escolares, constatámos que a frequência do Jardim de Infância se encontra associada a progressos nas áreas de Autonomia e Socialização sendo

por isso um factor indispensável para uma melhoria do desenvolvimento global da criança com deficiência.

Por outro lado, a oportunidade para as crianças de conviverem com os seus pares com deficiência, permite uma familiarização precoce com estas situações o que terá certamente consequências positivas nas atitudes que assumirão no futuro.

As famílias dos utentes sentem-se apoiados em todo o processo de integração e simultaneamente responsáveis pela condução e orientação desse processo, o que contribui de forma significativa para o seu bem estar e para que se assumam como agentes fundamentais do processo de reabilitação dos seus filhos.

Finalmente, o apoio sistemático prestado pelas nossas equipas, aos responsáveis e restante pessoal das estruturas pedagógicas e a abertura da nossa Instituição ao exterior tem permitido ultrapassar e gradualmente eliminar muitas barreiras psicológicas cada vez mais alargada da pessoa com deficiência na nossa Comunidade através do reconhecimento de que para além da diferença prevalece a criança, prevalece a pessoa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Benny, K. E. (1975). Uma experiência da integração educativa. *Siglo Cero*, 42, 33-38.
- Bushell, R. S. (1979). The Warmock report and section 10 of the 1976 Education act: Integration or segregation. *Remedial Education*, 14 (1), 27-29.
- Piaget, J. (1923). *A linguagem e o pensamento na criança*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Ruivo, J. B. (1981). Subsídios para um modelo de integração. In *Encontro sobre integração da criança e do jovem deficiente* (pp. 13-18). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Simon, J. (1981). *A integração escolar das crianças deficientes*. Porto: Edições Asa, Coleção Práticas Pedagógicas.

UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

RESUMO

Neste artigo, começamos por apresentar os princípios e pressupostos da integração que consubstanciam a filosofia de intervenção da Liga Portuguesa dos Deficientes Motores como Centro de Recursos Sociais.

Seguidamente caracterizamos o Programa Infância, focando os seus objectivos, população atendida, equipa envolvida e áreas de intervenção.

Finalmente são apresentadas as diversas fases da programação e organização do projecto de apoio à integração da criança com deficiência em creches e jardins de infância da Comunidade, e avaliados os resultados da experiência desenvolvida.

Palavras-chave: Integração, Criança com deficiência, Centro de recursos sociais.

ABSTRACT

In this article, we begin by presenting the principles and pretexts of the integration that solidify the intervention philosophy of «Liga Portuguesa dos Deficientes Motores» as a social resources center.

After that, we characterize the Infancy Programme by underlining its aims, the population attendended, the team involved in and the intervention areas.

Finally, we present the several phases of the programming and organization of the project of support to the integration of the handicapped child in kindergartens of the community, and the evaluated results of the developed experience.

Key words: Integration, Handicapped child, Social resources center.